

APRESENTAÇÃO

No início do ano de 2011, quando fomos convidados a organizar o *Cadernos de História* Ano IX – n.09, referente ao ano de 2012, pensamos logo na temática História da África, disciplina para a qual fiz concurso no ano de 2008, de certa forma, em virtude da exigência da lei 10639/03 que estabelecia a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino do país. Aliás, uma reivindicação de segmentos da sociedade brasileira que remonta aos Congressos Afro-Brasileiros da década de trinta do século XX e, posteriormente, dos movimentos organizados das décadas posteriores.

No mesmo ano de 2011, tivemos na Universidade de São Paulo (USP), a edição do XXVI Simpósio Nacional de História, era também a comemoração dos 50 anos da Associação Nacional dos Professores de História. Pois bem, naquele Simpósio foi discutida a criação de um grupo de trabalho (GT) História da África. No bojo da discussão surgiram duas propostas: uma que advogava a necessidade de contemplar os pesquisadores que se dedicavam exclusivamente à História da África, e outro que defendiam a necessidade do grupo de trabalho (GT) abranger os pesquisadores que se dedicam ao tema História da África e da diáspora africana. Fomos convencidos pela segunda proposta, pois entendemos como Alberto da Costa e Silva, que o Atlântico apenas separa duas margens que não se isolam, muito pelo contrário, se complementam formando um complexo atlântico.

Este número dos *Cadernos de História*, intitulado *História e Cultura Africana e Afro-Brasileira* tem esta dimensão. Artigos de professores e estudantes africanos e brasileiros de diversas áreas do conhe-

cimento, construindo uma reflexão numa perspectiva multidisciplinar, como sugeriu os organizadores da Coleção História Geral da África, organizada com o apoio da Unesco na década de setenta, e que finalmente foi traduzida e disponibilizada ao público brasileiro, ainda que, com um grande intervalo de tempo entre a publicação e a divulgação no Brasil¹. Mas como diz o provérbio popular: “antes tarde do que nunca!” Esta demora pode dizer-nos muito da relação do Brasil com o continente africano, entre elas, do descaso histórico com a História e Cultura Africana e Afro-brasileira pelas autoridades brasileiras até então. Aliás, o artigo assinado por Ismael Tcham, acerca dos convênios estudantis entre o governo brasileiros e governos de países africanos é revelador; questões apontadas no âmbito da cooperação que nos remete mais a uma forma sutil de ‘sentimento de imperialismo diplomático’; ainda que esta expressão possa nos parecer esdrúxula.

Bruno Vêras recua no tempo para mostrar uma África setentrional e ocidental entre o século VII-XIV. Quem quiser saber o que se passava nestas regiões quando o ocidente vivia os padrões ditados pela tradição católica apostólica romana, é só mergulhar nas páginas escritas por Vêras. Saberá por exemplo a forma como o Islã foi sendo apropriado pelos africanos, - ou dizendo de outra forma-, como o Islã foi africanizando-se; embora seja corriqueiro falar em islamização da África.

¹ Sobre a perspectiva multidisciplinar da publicação. Ver.M'BOW, M. Amadou Mahtar. Prefácio (Diretor Geral da UNESCO/1974-1987); OGOT, Bethwell Allan. “Apresentação do Projeto(Presidente do Comitê Científico Internacional para a redação de uma História Geral da África)” . In:KI-ZERBO, Joseph(Ed.) *História Geral Da África*. Vol. I – Metodologia e pré-história da África. São Paulo:Cortez/Brasília:UNESCO, 2011.

Outra África é apresentada por Armando, uma África que resistiu aos ‘Dragões’ do império português em fins do século XIX. Aliás, este foi uma das muitas derrotas sofridas pelos colonizadores lusos no continente; de caçadores, os portugueses foram metamorfoseados em caça; e se esta história não havia sido contada ainda, era porque os leões não tinham quem falasse por eles, relembrando um provérbio bakongo: “ enquanto os leões não tiverem seus historiadores a história das caçadas continuará glorificando os caçadores”. Foi esta perspectiva historiográfica que a romancista nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie quis dizer quando alertou-nos para que não nos contentássemos com uma história única, da África (ou de quem quer que seja)². Outro africano, o poeta/romancista nigeriano Chinua Achebe, corrobora a escritora, sua conterrânea, e o provérbio bakongo: “também o leão deverá ter quem conte a sua história”.

Enganam-se os que pensam que as resistências ao colonialismo foram atos isolados. Historiadores africanos e africanistas dedicaram páginas e páginas às lutas de resistências ao domínio colonial europeu³. É certo que tais produções, sobretudo elaboradas a partir do processo de independência, - leia-se a partir dos anos sessenta -, tenha influenciado os jovens estudantes **Roberto Souza Cordeiro, Altieri Dias e Luciano Laet**, a pesquisarem sobre o processo em Guiné Bissau, de onde são originários.

² Sobre esta questão. Ver. <http://leiabrasil.org.br/blog/index.php/2010/02/05/chimamanda-adichie-o-perigo-da-historia-unica/>. Acessado em 10.08.2012. A escritora é autora da obra: *Meio Sol Amarelo*.

³ Sobre esta questão. Ver. BOAHEN, Albert Adu(ed.). *História Geral Da África*. Vol. VII. Brasília: Unesco, 2010,2ª. Ed., Revisada.

Guiné-Bissau é um dos países da África Ocidental que, desde o processo de independência, vive um clima de instabilidade política por razões múltiplas. Muitas vezes acompanhamos as apreensões de estudantes guineenses que do Brasil buscavam saber dos golpes e contragolpes de estado ocorridos, malgrado a luta pela criação do estado nação na perspectiva democrática. Este foi o tema escolhido por **Arnaldo Sucuma** para falar-nos de seu país, e mais, ele acredita que o conhecimento da realidade de Guiné Bissau seja um instrumento para possíveis mudanças na estrutura política daquela nação.

Luiz Henrique Assis escreveu sobre a trajetória do discurso colonialista português acerca das colônias de ultramar: da Mística Imperial ao Lusotropicalismo. Estes discursos foram os norteadores da ideologia colonial lusa, e estão historicamente datados. O autor mostra a necessidade da adequação de um outro discurso no contexto da década de vinte do século passado, momento em que a Europa passava por crises, sobretudo econômica, e novas ideologias grassavam pelo continente. Estas espraíram para além-mar, pois que os discursos circulavam e resignificavam-se, na ânsia de perpetuarem situações favoráveis a dominação portuguesa, sobretudo no continente africano.

A relação de dominação colonial constitui-se uma complexa rede de interesses e intrigas, imbricadas de relações de poder. É o que revela o artigo de **Juliana Cordeiro de Farias**, ao investigar a relação entre Portugal e sua província de ultramar, Angola, no período conturbado do processo de independência, ou seja, final dos anos sessenta até meados da década de setenta. Pierre Bordieu e Antônio Gramsci foram dois teóricos que respaldaram as análises de Juliana Cordeiro.

Enquanto o primeiro conjunto de artigos investigou a cultura e história africana em tempos diversos, o segundo ocupou-se da cultura e história afro-brasileira; ou da cultura e história africana numa dimensão diaspórica. A despeito desta divisão arbitrária estabelecida pelo organizador, há uma complementaridade entre um conjunto e outro, como o leitor pode observar, por exemplo, nos artigos elaborados por **Dimas Catai** e **José Bento Rosa da Silva**. O primeiro apresenta como as práticas de religiosidades advindas do continente africano foram alvo de inquéritos na colônia, as táticas e estratégias que africanos e afro-brasileiros tiveram que construir visando passarem impunes frente às perseguições. O ‘palco’ privilegiado de investigação de Dimas foram as capitanias de Pernambuco e Bahia, onde havia verdadeiras ‘ilhas de Áfricas’, dado ao tráfico intenso de escravizados.

Já **José Bento**, procurou mostrar, através de registros de nascimentos e casamentos a presença dos bantos no litoral norte do estado de Santa Catarina. Na época na região havia armações de pesca da baleia (séculos XVIII e XIX). Hoje é um balneário turístico, nele está localizado o parque temático de diversões Beto Carrero World, que tem entre seus espetáculos, um denominado ‘África Misteriosa’, destilando estereótipos sobre o continente africano.

As formas de organizações coletivas criadas e recriadas pelos africanos e seus descendentes no Recife oitocentista foi o tema escolhido por **Itacir Marques**. Dentre as inquietações inerentes à pesquisa, destacou a configuração da identidade do grupo, segundo ele, uma resignificação das experiências africanas na diáspora.

Outro artigo que dá visibilidade aos africanos e seus descendentes no Brasil Meridional é o de **Antônio Emílio Morga**, professor na Universidade Federal de Manaus, natural de Florianópolis, local privi-

legiado de suas investigações. Morga mostra que para além do sofrimento, os escravizados criaram seu mundo. Aliás, outros historiadores já abordaram este tema, mas não acerca da Desterro oitocentista⁴. Nem o desejo de uma cidade disciplina foi obstáculo definitivo para que os escravizados criassem e recriassem seu ‘*modus vivendi*’; para desespero da elite local, como fica evidente no texto de Morga.

Ronnei Prado Lima lembra-nos que além da força de trabalho, os navios negreiros trouxeram para a diáspora muitas outras contribuições, entre elas as práticas religiosas, que resignificaram-se, mas também mantiveram práticas que são mantidas até os nossos dias. O artigo de Ronnei nos aponta para lugares de ‘africanidades brasileiras’⁵ espalhadas por este país continental, os terreiros são alguns deles.

Lugares de sociabilidade, religiosidade e resistência foram também as ruas, praças e igrejas; como nos mostra **Mônica Maria Lopes Lage**, ao investigar as Minas Gerais setecentista. Utilizando de uma bibliografia consagrada ela nos conduz pelas ruas, praças e igrejas, onde a presença de africanos, pardos, crioulos era presença garantida.

A busca de uma estética africana pelo movimento negro brasileiro foi o tema abraçado por **Vanessa Marinho**. Inquietação pertinente, numa sociedade onde o ideal de beleza está calcado nos modelos

⁴ Atual cidade de Florianópolis.

⁵ Concordamos com Petronilha: “Ao dizer africanidades brasileiras estamos nos referindo às raízes da cultura brasileira que tem origem africana. Dizendo de outra forma, estamos, de um lado, nos referindo aos modos de ser, viver, de organizar suas próprias lutas, próprias dos negros brasileiros, e de outro lado, às marcas da cultura africana que, independentemente da origem étnica de cada brasileiro, fazem parte do seu dia a dia”. SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. “Aprendizagem e Ensino das Africanidades Brasileiras”. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). *Superando o Racismo na Escola*. Brasília: Ministério da Educação/ SECAD, 2008, p. 151-167.

advindos da Europa. A este padrão, o movimento negro, sobretudo a partir da década de setenta, idealizou um modelo que estaria calcado numa tradição africana. Para lembrar a obra de Eric Hobsbawm e Terence Ranger, uma espécie de ‘invenção de tradição⁶’, - acrescentamos -, africana na diáspora.

Prezados leitores, desejamos que a leitura desta obra, proporcione uma viagem pela Cultura e História Africana e Afro-Brasileira. É óbvio que se trata de uma ‘viagem incompleta’, mas que proporciona possibilidades de construções de outras viagens por outras partes do continente africano e pelo território brasileiro prenehe de ‘africanidades’.

Boa viagem! Digo: boa leitura!

José Bento Rosa da Silva.

⁶ Estamos nos referindo à obra: HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.